

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.508 - SP (2019/0014925-8)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : ELISEU GABRIEL DA SILVA JÚNIOR**  
**ADVOGADOS : MARA REGINA GALLO MACHADO - SP240745**  
**LEANDRO DE MELO MARTINS - SP351399**  
**AGRAVADO : MOMENTUM EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA**  
**ADVOGADOS : CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES E OUTRO(S) - SP107950**  
**PATRICIA COSTA AGI COUTO - SP130673**  
**FERNANDA ELISSA DE CARVALHO AWADA - SP132649**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por ELISEU GABRIEL DA SILVA JÚNIOR contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo nobre, amparado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 135, e-STJ):

INDENIZAÇÃO. DANO MORAL. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. DÍVIDA JÁ PAGA. OUTROS DÉBITOS EM ABERTO PERANTE O MESMO CREDOR. Insurgência contra sentença de parcial procedência. Sentença reformada. Incontrovérsia quanto à negativação por dívida paga. Danos morais presumidos (Enunciado 24 desta 3ª Câmara do TJSP). Valor da indenização fixado em R\$ 500,00, considerando a também incontroversa existência de débitos em aberto perante o credor. Recurso parcialmente provido.

Em suas razões de recurso especial (fls. 143-152, e-STJ), o recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação dos artigos 186 e 944 do CC/2002. Sustenta, em suma, ser irrisório o valor fixado a título de danos morais.

Contrarrazões às fls. 171-179, e-STJ.

Em juízo prévio de admissibilidade (fls. 180-181, e-STJ), inadmitiu-se o recurso especial, sob os seguintes fundamentos: **a)** ausência de comprovação da contrariedade à lei federal apontada no reclamo; **b)** incidência da Súmula 7 do STJ; e **c)** não demonstração do dissídio interpretativo apontado.

Daí o presente agravo (fls. 184-190, e-STJ), no qual, buscando destrancar o processamento do apelo especial, a insurgente refuta os óbices aplicados no *decisum* agravado.

Contraminuta às fls. 193-200, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

**A irresignação não merece prosperar.**

**1.** Isso porque, na esteira da jurisprudência consolidada por esta eg. Corte, os valores fixados a título de danos morais só poderão ser revistos, em sede de recurso especial, em casos que o *quantum* afrontar os princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Assim, apenas as quantias que se revelam ínfimas ou exorbitantes em relação aos valores comumente estabelecidos em situações análogas, possuem o condão de invocar a pertinência da análise deste Tribunal.

No particular, assim decidiu o Tribunal local (fl. 136, e-STJ):

O débito que originou o apontamento se refere a taxas de manutenção de áreas comuns e melhoramentos que o apelante se obrigou a pagar a associação de moradores de condomínio em que adquiriu terreno cuja exigibilidade não é questionada nesses autos.

Há, em princípio, demonstração de que o apelante frequentemente atrasava o pagamento dessas taxas (tanto que a dívida que gerou o apontamento se referia à cobrança de três meses consecutivos), situação que se prolongou mesmo após o ajuizamento da demanda (ps. 66/72). Ao contrário do recurso, esses elementos não podem ser desconsiderados nesse momento de fixação da indenização, pois são pertinentes para o fim de impugnação específica das alegações da inicial e foram trazidos com a contestação. Ademais, prova da inadimplência seria impossível para a apelada, por se tratar de fato negativo (art. 373, II, CPC).

Sendo assim, considerando as peculiaridades do caso, especialmente o valor da dívida e a recorrência da mora do apelante, arbitra-se o valor da indenização em R\$ 500,00, a serem corrigidos monetariamente desde a fixação e acrescidos de juros de mora desde a negativação.

Não se ignora que o montante está bastante abaixo das quantias que normalmente se arbitram em ações nas quais se requer indenização por dano moral decorrente de negativação indevida.

No entanto, trata-se de quantia suficiente para compensar o dano moral sofrido pelo apelante, especialmente se se levar em consideração a participação dele próprio na causação do dano, o valor do débito, as condições financeiras de ambas as partes e o tempo em que ficou disponível a restrição.

Como se vê, a Corte estadual, **em atenção aos critérios da razoabilidade e proporcionalidade, com base nos aspectos fáticos e probatórios dos autos e nas peculiaridades da causa**, manteve os termos da sentença quanto à verba indenizatória - R\$ 500,00 (quinhentos reais), por considerar que tal quantia se revela adequada para compensar os danos extrapatrimoniais suportados pela parte autora.

Com efeito, no que se refere ao pleito de majoração da verba indenizatória, não obstante o grau de subjetivismo que envolve o tema da fixação da indenização, uma vez que não existem critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, reiteradamente tem-se pronunciado esta Corte no sentido de que a reparação do dano deve ser fixada em montante que desestime o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido.

Com a apreciação reiterada de casos dessa natureza, concluiu-se que a intervenção desta Corte ficaria limitada aos casos em que o *quantum* fosse irrisório ou exagerado, diante do quadro fático delimitado em primeiro e segundo graus de jurisdição, o que não se verifica na hipótese.

A propósito, confirmam-se precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR IRRISÓRIO. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REVISÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. [...]

2. O valor fixado a título de indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa. Assim, somente comporta revisão por este

Tribunal quando irrisório ou exorbitante, o que não ocorreu na hipótese dos autos, em que arbitrado em R\$ 1.000,00 (mil reais), diante da especificidade do caso concreto.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1152417/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/09/2018, DJe 21/09/2018)

[Indenização por dano moral: **R\$ 1.000,00 (um mil reais).**] [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. INSCRIÇÃO INDEVIDA. NOTIFICAÇÃO DIRIGIDA A ENDEREÇO DIVERSO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. SÚMULA N. 7/STJ. DANO MORAL. VALOR. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça admite, excepcionalmente, em recurso especial, o reexame do valor fixado a título de danos morais, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese, todavia, em que a verba indenizatória, consideradas as circunstâncias de fato da causa, foi estabelecida pela instância ordinária em conformidade com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1132522/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 02/05/2018)

[Indenização por dano moral: **R\$ 1.000,00 (um mil reais).**] [grifou-se]

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSO CIVIL. CADASTRO DE INADIMPLENTES. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. VALOR FIXADO PELAS INSTÂNCIAS DE ORIGEM COM RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. REVISÃO. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO

(AgInt no AREsp 816.775/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017)

[Indenização por dano moral: **R\$ 1.000,00 (um mil reais).**] [grifou-se]

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO CPC/73. RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES SEM PRÉVIA COMUNICAÇÃO. DANO MORAL RECONHECIDO NA ORIGEM. PLEITO PELA MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7, DESTA CORTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. [...]

2. A decisão agravada expressamente consignou a incidência da Súmula nº 7 do STJ quanto ao pleito de majoração dos danos morais decorrentes de inscrição indevida.

3. Impossibilidade de análise do dissídio apoiado em fatos e não na interpretação do direito.

4. O presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado que não conheceu do recurso especial, devendo ser ele mantido

pelos seus próprios fundamentos.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AgRg no AREsp 624.568/RS, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/05/2016, DJe 24/05/2016)

[Indenização por dano moral: **R\$ 1.000,00 (um mil reais).**] [grifou-se]

Desta forma, considerando que o valor fixado pelo Tribunal *a quo* a título de danos morais não se mostra irrisório e está em consonância com o considerado proporcional e razoável por este Tribunal Superior em situações semelhantes, conclui-se que a pretensão do recorrente esbarra no óbice da Súmula 7 desta Corte.

Por fim, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do referido óbice impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido, precedentes: AgInt no REsp 1537455/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 04/12/2017; AgInt no AREsp 1040688/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 26/10/2017; AgInt no AgInt no AREsp 1031774/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 04/12/2017; AgInt no AREsp 1065134/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 23/11/2017.

**2.** Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator